

Estudo Técnico Preliminar 17/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 60584.000094/2022-49

2. Descrição da necessidade

2.1. A necessidade de contratação de empresa especializada, ocorre em virtude de movimentações de servidores em cargos de comissão e função de confiança, sendo indispensável à Administração, no desempenho de suas obrigações legais e pela impossibilidade de definir previamente, com exatidão, o quantitativo a ser demandado por este Ministério.

2.2. A empresa vencedora só prestará o serviço conforme a demanda devidamente autorizada após os trâmites legais, não havendo nenhuma descentralização de recursos ou pagamento a empresa sem a efetiva prestação do serviço contratado.

2.3. Destaco que, para cumprir o normativo supra mencionado e para atender situações pontuais ocorridas no ano de 2021, a Administração Central, por meio do NUP 60584.000926/2020-65, realizou Pregão Eletrônico nº 10/2021 - UASG 110404, cujo aviso foi Publicado no DOU nº 90, seção 3, pg 14 (SEI 3567954) e o Termo de Homologação se deu na data de 24 de junho de 2021 (SEI 3741674), tendo como vencedora as empresas Atlantic Mudanças e Minas Turismo.

2.4. No entanto, as referidas empresas manifestaram-se desfavoráveis a prorrogação contratual conforme consta nos documentos anexos (4630674 e 4630676).

2.5. Dessa forma, os Contratos, com vigências de 12 meses, se encerram em 10/06/2022, e sem que haja interesse na prorrogação, faz-se necessária a realização de novo certame para que esta administração possa cumprir as disposições contidas no supracitado Decreto nº 4.004/2001.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Administração de Pessoal Civil - COAPC	Fábbia Gomes Barbosa Jacob da Silva - Gerente de Gestão de Pessoas Substituta

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata-se de um serviço comum, de caráter não continuado a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte nacional de mobiliário, equipamentos, bens pessoais, automóveis e motocicletas – sob demanda.

4.3. A prestação dos serviços não necessita de prazos de treinamento dos servidores da Contratada que irão executar os serviços técnicos-profissionais para este Ministério.

4.4. Não há a possibilidade de eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, por tratar-se de um serviço comum.

4.5. Inicialmente é importante ressaltar que a análise das alternativas possíveis de solução para o objeto em pauta se faz necessária, uma vez que a Equipe de Planejamento da Contratação não vislumbra outra solução possível para o atendimento da demanda apresentada por meio do Documento de Formalização de Demanda – 1 (4682890).

4.6. A realização de um novo processo licitatório se faz necessário, com o intuito de contratar empresa especializada para a realização de transporte nacional de mobiliário, equipamentos, bens pessoais, automóveis e motocicletas – sob demanda. A última celebração de um contrato semelhante por este Ministério da Defesa ocorreu no ano de 2021, conforme processo 60584.000926/2020-65.

4.7. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade: Deverá o Servidor Público estar enquadrado nas disposições contidas no Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001:

“Art. 1º Ao servidor público civil regido pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que, no interesse da administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, conceder-se-á:

(...)

III – transporte mobiliário e bagagem, inclusive de seus dependentes.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, ao servidor nomeado para os cargos de Ministro de Estado, de titular de órgãos essenciais da Presidência da República, de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), quando implicar exercício em nova sede.

§ 2º Caberá ao órgão em que tiver exercício o servidor nomeado para os cargos de que trata o parágrafo anterior efetuar o pagamento das indenizações referidas neste artigo.

(...)

Art. 5º São considerados dependentes do servidor para os efeitos deste Decreto:

I - O cônjuge ou companheiro legalmente equiparado;

II - O filho de qualquer condição ou enteado, bem assim o menor que, mediante autorização judicial, viva sob a sua guarda e sustento;

III - os pais, desde que, comprovadamente, vivam às suas expensas.

§ 1º Atingida a maioridade, os dependentes referidos no inciso II perdem essa condição, exceto nos casos de:

I - Filho inválido; e

II - Estudante de nível superior, menor de vinte e quatro anos, que não exerça atividade remunerada.

(...)

Art. 8º As despesas relativas à ajuda de custo, passagens e transportes de bagagem dependerão de empenho prévio, observado o limite dos recursos orçamentários próprios, relativos a cada exercício, vedada a concessão para pagamento em exercício posterior.

Art. 9º As disposições deste Decreto aplicam-se: (Redação dada pelo Decreto nº 4.063, de 26/12/2001)”

I - ao ocupante de cargo em comissão, mesmo quando não titular de cargo efetivo;” (Inciso incluído pelo Decreto nº 4.063, de 26.12.2001).

4.8. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

4.9. Critérios de Sustentabilidade:

4.9.1. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada – agosto/2021, apresenta como regra, que é necessário verificar se o fornecedor é o fabricante ou o distribuidor/comerciante, conforme a seguir:

4.9.2. Se fabricante: devem ser consultadas as Fichas Técnicas relativas à indústria (categoria 2 até a categoria 16);

4.9.3. Se distribuidor/comerciante: devem ser consultadas as Fichas Técnicas relativas à categoria Transporte, terminais, depósitos e comércio.

4.9.4. Se importador: deve ser também verificada a categoria 18, mas também as categorias 20 e 21, em específico as descrições que referenciam ao comércio.

4.9.5. Caso o licitante esteja enquadrado em alguma das situações mencionadas anteriormente, deverá ser apresentado o comprovante e registro do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, respectivamente, conforme prevê o Anexo I, da Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021.

5. Levantamento de Mercado

A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E

5.A.1. A análise das alternativas possíveis de solução para o objeto em pauta se faz necessária, uma vez que esta equipe de planejamento não visualiza outra solução possível para o atendimento da demanda apresentada.

5.A.2. Considerando a restrição de alternativas possíveis para solucionar a demanda apresentada, esta equipe buscou comparar os processos com objetos similares realizados por outras UASGs em 2022.

5.A.3. Quanto ao levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet), do Ministério da Economia, acessado em 24 de março de 2022, às 15h36min (horário de Brasília) no seguinte endereço:

<http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, constatou-se que é comum a realização dos serviços, através de Pregões eletrônicos como pode ser observado abaixo, que contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços:

Período Pesquisado - 24/03/2021 até 23/03/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	120633 - GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO	Pregão 00015/2022	14/02/2022 14/02/2023
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160472 - 5 BATALHAO DE INFANTARIA LEVE - 5 B I L	Pregão 00006/2021	03/02/2022 03/02/2023
52131 - COMANDO DA MARINHA	786810 - CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM LADARIO	Pregão 00006/2021	14/01/2022 14/01/2023

52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	120625 - GRUPAMENTO DE APOIO DO DF	Pregão 00097/2021	12/12/2021 12/12/2022
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160313 - ESCOLA DE CMDO E ESTADO-MAIOR DO EXERCITO/RJ	Pregão 00026/2021	05/11/2021 05/11/2022

5.A.4. Da análise das contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, certifica-se que não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades desta Administração.

B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.

5.B.1. Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente contratação se trata de um serviço **comum**, de acordo com **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002**, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.

5.B.2. Ademais, após o levantamento de mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita, em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende adquirir, todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Para este objeto a ser contratado a solução abrange atender a necessidade do Ministério da Defesa – MD com a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte nacional de mobiliário, equipamentos, bens pessoais, automóveis e motocicletas – sob demanda, na modalidade Pregão Eletrônico, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU - Termo de Referência - Modelo Serviços não Contínuos - Pregão Eletrônico, Atualização: Junho/2021, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor a ser contratado.

6.2. Não se vislumbra, neste momento, vantajosidade e/ou necessidade da contratação de manutenção e de assistência técnica relacionadas aos itens, sem, contudo, esgotar o estudo, podendo ser objeto de futuro processo específico para manutenção de materiais da mesma natureza destes, hora propostos à licitação.

6.3. Qualificação Técnica

6.3.1. As exigências de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e de regularidade fiscal e trabalhista, **conforme art. 27 da Lei 8.666/93**, que são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital e no Termo de Referência.

6.3.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão exigidos na entrega de documentos, conforme exigidos no Edital, sendo criteriosamente analisado na habilitação da empresa.

6.4. A soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a 30% (trinta por cento) da quantidade prevista para o item deste Termo de Referência (em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União), conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTITATIVO MÍNIMO
	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL.		

1	TRANSPORTE DE MUDANÇA - ATÉ 200 KM.	M ³	30
2	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 201 ATÉ 400 KM.	M ³	30
3	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 401 ATÉ 800 KM.	M ³	45
4	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 801 ATÉ 1200 KM.	M ³	60
5	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - ACIMA DE 1200 KM.	M ³	60

6.5. A contratada deverá apresentar atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que já prestou serviços correlatos e interdependentes.

6.6. A licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, conforme modelo a ser disponibilizado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As memórias de cálculo dos quantitativos, conforme prescreve o inc. VI, do art. 7º da IN 40/2020, estão previstos no histórico quantitativo nos anos de 2019 a 2021, conforme tabela abaixo:

HISTÓRICO DE CONSUMO

Item	Descrição do Material	Qtd. a licitar 2022	Qtd. Utilizada 2019	Qtd. Utilizada 2020	Qtd. Utilizada 2021	Qtd. Estoque 2022
1	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - ATÉ 200 KM.	Por demanda	0	0	0	Por demanda
2	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 201 ATÉ 400 KM.	Por demanda	0	0	0	Por demanda
	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL.					

3	TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 401 ATÉ 800 KM.	Por demanda	0	3	0	Por demanda
4	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 801 ATÉ 1.200 KM	Por demanda	0	0	0	Por demanda
5	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - ACIMA DE 1.200 KM.	Por demanda	0	1	1	Por demanda

7.2. As quantidades a serem adquiridas são justificadas em função do consumo e provável utilização. A referida quantidade foi obtida a partir de fatos concretos, série comprovada de readequações neste Ministério.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 319.040,50

8.1. A estimativa do valor da contratação, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - ATÉ 200 KM.	3220	M ³	100	172,06	17.206,00
2	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 201 ATÉ 400 KM.	3220	M ³	100	332,15	33.215,00
3	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 401 ATÉ 800 KM.	3220	M ³	150	414,77	62.215,50
4	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 801 ATÉ 1.200 KM.	3220	M ³	200	463,20	92.640,00
5	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - ACIMA DE 1.200 KM.	3220	M ³	200	568,82	113.764,00
CUSTO TOTAL GERAL R\$						319.040,50

8.2. O valor máximo aceitável é de 319.040,50 (trezentos e dezenove mil e quarenta reais e cinquenta centavos) será o valor final conforme o Mapa Comparativo dos Preços (4800778) e a Análise Crítica dos Preços (4800884), realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NUPP, deste Ministério.

8.3. Quanto ao sigilo do valor da contratação até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 7º IN 40/2020), não se faz necessário, uma vez que as divulgações dos valores estimados podem auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Quanto ao parcelamento ou não da solução, em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei no 8.666/93, as obras, serviços e compras efetuadas pela administração deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. A despeito disso, o Decreto nº 7.892/2013, em seu art. 8º, previu a possibilidade de divisão do objeto em lotes:

“Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços. ”

9.3. Em virtude de acudir o maior número de interessados em participar da licitação sem prejudicar o ganho da aquisição em escala (Súmula nº 247 do TCU), optou-se pela organização do certame em itens. É necessário salientar que a divisão levou em consideração a diferenciação das características técnicas dos bens a serem adquiridos.

9.4. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

9.5. Opção de aquisição por: **Menor preço do item.**

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. O presente processo tem a finalidade de viabilizar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte nacional de mobiliário, equipamentos, bens pessoais, automóveis e motocicletas – sob demanda.

10.2. Como contratação correlata há o processo 60584.000926/2020-65, o qual tratou sobre o mesmo tema no ano de 2021.

10.2.1. Desse modo, o presente processo tem como base o processo supracitado, visando à continuidade, ao aperfeiçoamento e ao êxito das contratações futuras.

10.2.2. Contudo, é importante considerar que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte nacional licitado em 2021, não se encontra com valor viável para continuar a contratação em 2022, necessitando assim, de um novo processo licitatório.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De acordo com o art. 16, do Decreto 10.947, de 25 de janeiro de 2022, durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual (PCA), poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

11.2. Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual (PCA) atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 14.

11.3. O serviço a ser contratado consta no item nº 67 do PGC 2022, no valor estimado de **R\$ 319.040,50 (trezentos e dezenove mil e quarenta reais e cinquenta centavos)**.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O resultado pretendido será alcançado com o firmamento do contrato com uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte nacional.

12.2. Os ganhos diretos que se almejam com a contratação, estão relacionados na justificativa da aquisição de cada um dos itens, conforme previsto no item 2 deste instrumento.

12.3. Quanto ao desenvolvimento nacional sustentável, o subitem 4.9, deste instrumento, menciona os critérios de sustentabilidade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências para à adequação do ambiente ou a capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma contratação de serviços comuns e não tem maiores complexidades, bastando que a empresa contratada preste o serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Para o presente processo, esta Equipe de Planejamento da Contratação menciona o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada – agosto/2021, apresentando como regra, que é necessário verificar se o fornecedor é o fabricante ou o distribuidor/comerciante, conforme a seguir:

14.1.1. Se fabricante: devem ser consultadas as Fichas Técnicas relativas à indústria (categoria 2 até a categoria 16);

14.1.2. Se distribuidor/comerciante: devem ser consultadas as Fichas Técnicas relativas à categoria Transporte, terminais, depósitos e comércio.

14.1.3. Se importador: deve ser também verificada a categoria 18, mas também as categorias 20 e 21, em específico as descrições que referenciam ao comércio.

14.1.4. Caso o licitante esteja enquadrado em alguma das situações mencionadas anteriormente, deverá ser apresentado o comprovante e registro do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, respectivamente, conforme prevê o Anexo I, da Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta Equipe de Planejamento declara a viabilidade e a razoabilidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte nacional de mobiliário, equipamentos, bens pessoais, automóveis e motocicletas – sob demanda, para o Ministério da Defesa (MD), com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º, da IN 40, de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

15.2. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 1514, de 23 de março de 2022 (4821676), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 12, de 25 de março de 2022 (4792844), foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

I - na condição de integrante requisitante: servidora FÁBBIA GOMES BARBOSA JACOB DA SILVA, CPF: ***.355.581-**, lotada na Coordenação de Administração de Pessoal Civil (COAPC) do Departamento de Administração Interna (DEADI);

II - na condição de integrante administrativo: S Ten ANTONIO CARLOS DE CARVALHO, CPF: ***.574.524-**, lotado na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ) do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais (DESEG); e

III - na condição de integrante técnico: servidora LEONOR MARIA DA SILVA, CPF: ***.732.591-**, lotada na COAPC /DEADI.

16. Responsáveis

FÁBBIA GOMES BARBOSA JACOB DA SILVA

Gerente de Gestão de Pessoas Substituta

ANTONIO CARLOS DE CARVALHO

Supervisor da Assessoria de Planejamento de Aquisições

LEONOR MARIA DA SILVA

Chefe de Serviço

ODILON MAZZINI JUNIOR

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf (313.86 KB)

Anexo I - GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf

GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTRODUÇÃO

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta contratação.

1 - RISCOS

DA

AQUISIÇÃO:

1.1. Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Estudo Técnico Preliminar, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação, são estes:.

1.1.1. Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).

1.1.2. Atrasos decorrentes de adequações necessárias às demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).

1.1.3. Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.

1.2. Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.

1.3. Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.

1.4. Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.

1.5. Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

1.6. A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Termo de Referência é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitações e Contratos; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

2 - POSSIBILIDADES E DANOS:

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

FASE DE ANÁLISE			
(X) Planejamento da Aquisição e Seleção do Fornecedor			
() Gestão do Contrato			
RISCO 1			
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	() Baixo	() Médio	(X) Alto
Id	Dano		
1	Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	

1	Anular o risco por meio de adequações técnicas que se fizerem necessárias.	Demandante.
2	Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Realizar as correções necessárias para o prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.
2	Responder a impugnação caso seja de caráter técnico.	Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e ASPLAQ.

RISCO 2			
Probabilidade:	(___) Baixa	(___) Média	(_X_) Alta
Impacto:	(___) Baixo	(___) Média	(_X_) Alta
Id	Dano		
1	Atrasos decorrentes de adequações necessárias as demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas.	ASPLAQ.	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Anular o risco por meio de ajustes no instrumento.	ASPLAQ.	
2	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.	
3	Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada.	Demandante e COLIC.	

RISCO 3			
Probabilidade:	(___) Baixa	(___) Média	(_X_) Alta
Impacto:	(___) Baixo	(___) Média	(_X_) Alta
Id	Dano		
1	Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	

1	Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos.	ASPLAQ.
2	Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021.	ASPLAQ.
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento.	ASPLAQ.
2	Exigir atestado de capacidade técnica.	COLIC.

Analisado:

ANTONIO CARLOS DE CARVALHO - S Ten
Integrante Administrativo